



# IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

**Chamamento Público nº 06/2026**

**Processo nº 30/2026 – Município de Campo Belo/MG**

**IMPUGNANTE:**

PONTUAL MED GESTÃO ESPECIALIZADA LTDA, estabelecida na Av. São Paulo, nº 838, Ap. 1001, Centro, Londrina/PR, CEP 86010-060, telefone (43) 99680-6583, e-mail pontualmed1@gmail.com, inscrita no CNPJ sob nº 55.820.671/0001-90, neste ato representada por seu sócio administrador Gilberto Felipe Capeloto, empresário, portador do RG nº 12.557.644-3 e CPF nº 083.131.789-22, residente e domiciliado na Av. São Paulo, nº 838, Ap. 1001, Centro, Londrina/PR, CEP 86010-060.

---

## I – DA TEMPESTIVIDADE

A presente impugnação é apresentada tempestivamente, nos termos do art. 165 da Lei nº 14.133/2021 e conforme previsão editalícia, sendo protocolada dentro do prazo legal de até 03 (três) dias úteis anteriores ao início do credenciamento.

---

## II – DOS FATOS

O Município de Campo Belo/MG publicou edital de chamamento público visando ao credenciamento de pessoas físicas e jurídicas para prestação de serviços médicos no âmbito da Estratégia de Saúde da Família.

Entretanto, ao analisar o instrumento convocatório, a impugnante identificou a presença de exigências ilegais, desproporcionais e restritivas à competitividade, em afronta direta aos princípios da isonomia, da razoabilidade e da ampla concorrência, previstos na Lei nº 14.133/2021.

Diante disso, apresenta-se a presente impugnação.

---

### **III – DO MÉRITO**

#### **1. DA EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE INCLUSÃO NO “TERCEIRO BRASIL” (CNES)**

O edital exige a apresentação de documento que comprove a inclusão do estabelecimento no arquivo denominado “TERCEIRO BRASIL”.

Tal exigência não encontra respaldo legal e configura restrição indevida à participação, uma vez que:

- Trata-se de informação interna do sistema CNES, de acesso restrito;
- Depende de ato administrativo de terceiros (Secretaria de Saúde);
- Não é requisito essencial para execução dos serviços;
- Não possui previsão em normas federais aplicáveis.

Nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133/2021, deve-se assegurar igualdade de condições a todos os interessados, sendo vedadas exigências desnecessárias.

O art. 67 da mesma lei estabelece que as exigências de qualificação técnica devem se limitar ao mínimo necessário.

O Tribunal de Contas da União já decidiu:

“É vedada a inclusão de exigências que restrinjam o caráter competitivo do certame sem justificativa técnica suficiente.” (TCU, Acórdão nº 1.793/2011 – Plenário)

Diante disso, a exigência deve ser excluída.

---

#### **2. DA EXIGÊNCIA DE CNES COM VÍNCULO SUS PRÉVIO**

O edital exige que o estabelecimento esteja previamente cadastrado no CNES com atendimento SUS ativo e contrato ou convênio formalizado. Tal exigência é ilegal.



Isso:

- restringe a competitividade;
- impede a participação de novos prestadores;
- favorece empresas já contratadas pelo poder público.

Nos termos do art. 11 da Lei nº 14.133/2021, o processo deve assegurar tratamento isonômico.

A jurisprudência do TCU estabelece:

“Não se admite exigência de condição prévia que dependa da própria contratação para ser atendida.” (TCU, Acórdão nº 2.622/2013 – Plenário)

Os serviços serão realizados nas dependências do município, diante disso, o CNES ativo deve ser responsabilidade do mesmo, e não da contratada.

---

### **3. DA EXIGÊNCIA DE TRÊS ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA**

O edital exige a apresentação de três atestados de capacidade técnica.

Tal exigência é desproporcional ao objeto, que consiste em serviços médicos de atenção básica, sem complexidade elevada.

Nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, a qualificação técnica deve limitar-se ao necessário.

A exigência de múltiplos atestados:

- restringe empresas novas;
- reduz a competitividade;
- não possui justificativa técnica adequada.

O TCU já decidiu:

“Exigências excessivas de qualificação técnica restringem indevidamente a competitividade.” (TCU, Acórdão nº 1.214/2013 – Plenário)

Diante disso, requer-se a redução para um único atestado.

---

#### **4. DO CRITÉRIO DE DISTRIBUIÇÃO POR ORDEM CRONOLÓGICA**

O edital estabelece que a distribuição dos serviços será feita por ordem cronológica de credenciamento.

Tal critério compromete a isonomia, pois:

- favorece quem se credenciar primeiro;
- pode gerar concentração de demanda;
- não garante distribuição equitativa.

A Administração deve adotar critérios objetivos e isonômicos.

O TCU já decidiu:

“A Administração deve adotar critérios objetivos e isonômicos na distribuição de contratos decorrentes de credenciamento.” (TCU, Acórdão nº 2.567/2016 – Plenário)

Diante disso, requer-se a substituição por sistema de rodízio ou sorteio.

---

### **IV – DO PEDIDO**

**Diante do exposto, requer:**

1. O recebimento e conhecimento da presente impugnação;
2. A suspensão do edital para análise dos pontos levantados;
3. A retificação do edital para:
  - a) excluir a exigência de comprovação de inclusão no “TERCEIRO BRASIL”;
  - b) afastar a exigência de CNES com vínculo SUS
  - c) reduzir a exigência de atestados de capacidade técnica para um único documento;
  - d) substituir o critério de distribuição por ordem cronológica por sistema



de rodízio ou sorteio;

4. A republicação do edital com reabertura de prazo;
5. Caso não sejam acolhidos os pedidos, que sejam apresentadas as devidas justificativas técnicas e legais, sob pena de nulidade do certame.

---

## V – DO ENCERRAMENTO


A manutenção das exigências impugnadas compromete a legalidade do procedimento, podendo ensejar sua nulidade e a responsabilização dos agentes públicos, inclusive perante os órgãos de controle.

Termos em que,  
pede deferimento.

---

**Londrina/PR, 15 de Maio de 2026.**

---

Documento assinado digitalmente  
 GILBERTO FELIPE CAPELOTO  
Data: 15/05/2026 12:40:17-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**PONTUAL MED GESTÃO ESPECIALIZADA LTDA**  
**CNPJ: 55.820.671/0001-90**

**Gilberto Felipe Capeloto**  
**Sócio Administrador**  
**CPF: 083.131.789-22**